

**Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro, realizada no
dia 3 de dezembro de 2025**

Aos 3 (três) dias do mês de dezembro do ano de 2025 (dois mil e vinte e cinco), no edifício dos Paços do Concelho e na sala de sessões da Câmara Municipal, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal para o quadriénio de dois mil e vinte e cinco a dois mil e vinte e nove: o Presidente da Câmara Municipal, Manuel João Sampaio Tibo, o Vice-Presidente, Adelino da Silva Cunha, e a/os Vereadora/es, Ana Genoveva da Silva Araújo, Diogo Carrasqueiras Pereira que participou na reunião por via telemática, recorrendo à plataforma Microsoft Teams, e António Manuel da Cunha Martins.-----

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas 10h00 (dez horas).-----

Por determinação do senhor Presidente, secretariou esta reunião a senhora Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência, Liliana Clementina Machado de Sousa.-----

Seguidamente, o senhor Presidente informou que a ata da reunião do dia 26 (vinte e seis) de novembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco) será submetida, para análise e votação, na próxima reunião de Câmara.-----

No período de antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente solicitou a presença de Jerónimo Correia, Chefe de Divisão de Planeamento, Urbanismo e Ambiente (DPUA), para, sobre o assunto inscrito no ponto 9 da Ordem do Dia “Alteração do Plano de Pormenor da Caniçada - Reinício”, contextualizar e explicar a necessidade de reiniciar este processo e de ser submetido, novamente, a deliberação em reunião de Câmara, bem como permitir aos/à senhores/a Vereadores/a esclarecer todas as questões sobre esta matéria.-----

Neste sentido, Jerónimo Correia começou por esclarecer que este processo teve que ser reiniciado devido à recusa da Direção-Geral do Território (DGT) em publicar o aviso de prorrogação do prazo para elaboração da alteração do Plano de Pormenor (PP) da Caniçada com efeitos retroativos, na sequência da deliberação do Executivo de 12 (doze) de setembro de 2025 (dois mil e vinte e cinco). Explicou que, do ponto de vista legal, a produção dos efeitos de caducidade de um prazo que já se produziram não será passível

de prorrogação. Com o objetivo de se evitar irregularidades nos atos processuais, por segurança jurídica e por ter sido validado este entendimento da DGT pelos serviços jurídicos da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR NORTE), deve ser reiniciado o procedimento de elaboração da alteração do PP da Caniçada, com aproveitamento dos atos e formalidades já praticados no âmbito do mesmo. Esta excedência de prazo é, reconhecidamente, um erro dos serviços, justificado por, neste caso e ao contrário dos processos de licenciamento, o sistema informático não gerar “*alerta*”. Após a deliberação, no dia de hoje, do reinício da elaboração da alteração do PP da Caniçada, deverá ser submetida a alteração do Plano à participação pública, durante 15 (quinze) dias seguidos, permitindo a formulação de sugestões ou apresentação de informações pelas pessoas interessadas. Decorrido o prazo da análise das questões apresentadas na participação pública, estão reunidas as condições para se remeter o processo documental à CCDR NORTE, no sentido de ser convocada a “Conferência Decisória”, para emissão de parecer. Após a emissão do parecer, a alteração do plano será submetida a Discussão Pública e, seguidamente, à reunião de Câmara e à Assembleia Municipal, para votação. -----

Sobre este assunto, solicitou o uso da palavra o senhor Vice-Presidente, Adelino Cunha, para questionar o senhor Chefe da DPUA, Jerónimo Correia, sobre o tempo que demorará este PP a ser aprovado. Jerónimo Correia esclareceu que, atendendo a todo o trabalho já realizado, aos pareceres favoráveis já emitidos pelas entidades consultadas e a tramitação atrás referida, prevê-se um prazo de 6 (meses) para a conclusão deste processo. -----

Continuando, o senhor Presidente perguntou aos/à senhores/a Vereadores/a se queriam usar da palavra para pedir algum esclarecimento sobre este assunto. Foi respondido que sim pelo senhor Vereador Diogo Pereira. -----

O senhor Vereador Diogo Pereira manifestou-se descontente com esta situação, pois haverá, certamente, uma distribuição de culpas, tanto ao nível dos serviços municipais como ao nível dos decisores políticos, e que, como sequência originará um enorme atraso neste processo “*estando concluído, talvez, só em setembro*”. -----

Não havendo mais questões e considerações sobre este assunto, o senhor Presidente, antes de Jerónimo Correia se ausentar da reunião, agradeceu muito a sua presença, bem como todos os esclarecimentos prestados. -----

Prosseguindo e ainda no período de antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente informou os/a senhores/a Vereadores/a das atividades, iniciativas e outras situações ocorridas no período de 25 (vinte e cinco) de novembro a 3 (três) de dezembro, tendo comunicado: -

- Foi enviado ofício à Junta de Freguesia de Rio Caldo a formalizar o pedido de entrega do posto de abastecimento de combustível, existente no Centro Náutico de Rio Caldo, cuja cedência de exploração foi efetuada pelo Município àquela autarquia em dezembro de 2010 (dois mil e dez). Requerido o retorno do bem, com um pré-aviso de 90 (noventa) dias, prevê-se que a exploração desta infraestrutura por parte da Câmara Municipal comece no início do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis). -----

- Efetuou-se a pré-reserva para participação na Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), que decorrerá entre os dias 25 (vinte e cinco) de fevereiro e o dia 1 (um) de março. A participação na BTL tem como objetivo a promoção turística, ambiental e religiosa do nosso território, e contará com o envolvimento do tecido empresarial, através da Associação Gerês Viver Turismo (GVT) e da Irmandade do São Bento da Porta Aberta. -

- Foi enviado, novamente, para o Ministério dos Negócios Estrangeiros um memorando sobre a instalação da antena de comunicações na fronteira da Portela do Homem, que ainda não foi concretizada por vários constrangimentos associados ao fornecimento de energia elétrica à estrutura, bem como à instalação de um ramal de alimentação em fibra ótica desde a Vila do Gerês. Este assunto está, também, a ser tratado com o Ministério do Ambiente e Energia e com o Ministério da Agricultura e Mar. O fornecimento de energia de média tensão pelo distribuidor espanhol seria a solução menos onerosa e com menor impacto ambiental. Perspetiva-se que na Cimeira Luso-Espanhola, a realizar-se no início do próximo mês de janeiro, este assunto seja abordado e resolvido através da subscrição de um protocolo transfronteiriço. -----

- Será celebrado com a Empresa Hoteleira do Gerês, Lda. um contrato de arrendamento do prédio urbano correspondente ao “Hotel Parque” e a uma garagem, prevendo-se a sua utilização como espaço multiusos para o desenvolvimento de atividades de cariz lúdico, desportivo, recreativo, cultural e logístico, bem como estacionamento, mercados e feiras temáticas. Este contrato prevê que a Câmara Municipal, além do pagamento da renda mensal definida, faça as obras de beneficiação necessárias à criação das condições para os fins pretendidos. Este será um importante passo para a Câmara Municipal garantir boas condições para o acolhimento da feira semanal, bem como de outros eventos como, por

exemplo, o que vai acontecer no próximo fim de semana, o “Gerês Extreme Marathon”, que trará cerca de 2500 (dois mil e quinhentos) participantes à Vila do Gerês.-----

- Está a ser transmitido na estação de rádio “RFM” uma promoção sobre o evento desportivo “Gerês Extreme Marathon”, promovido pela Carlos Sá Nature Events com o apoio da Câmara Municipal. Este *spot* é uma excelente promoção do evento e, consequentemente, do nosso concelho. -----

- Foi renovada a nomeação em comissão de serviço de dirigente intermédio de 2.º grau de Paulo José Pereira Antunes para a Divisão Administrativa e Financeira, de Manuel Fernandes Martins da Silva para a Divisão de Obras Municipais, Águas e Saneamento e de Cristóvão Rodrigues de Carvalho para a Divisão de Turismo, Educação, Cultura e Desporto -----

- Conforme aviso público emanado a 28 (vinte e oito) de novembro pela Autoridade de Saúde da Unidade de Saúde Pública (USP) da Unidade Local de Saúde de Braga (ULS), foi detetada uma contaminação microbiológica pontual na água de abastecimento público com origem no sistema de abastecimento de Rio Caldo - Matavacas. A Divisão de Obras Municipais, Águas e Saneamento (DOMAS) está a cumprir com todas as orientações e recomendações proferidas pela USP.-----

- Relativamente à luminária na freguesia de Covide, referida pelo senhor Vereador Diogo Pereira na reunião anterior, esta já se encontra há muito tempo resolvida. -----

- No que concerne à sinalética vertical da rede viária, e porque o senhor Vereador Diogo Pereira não se encontra presencialmente nesta reunião, será apresentada na próxima reunião de Câmara. -----

- No próximo dia 11 (onze) de dezembro realizar-se-á o Jantar de Natal dos/as Colaboradores/as da Câmara Municipal, no Quartel dos Bombeiros Voluntários de Terras de Bouro, para o qual estão todas/os convidadas/os. -----

- Entre o dia 4 (quatro) e 12 (doze) de dezembro estão previstos alguns constrangimentos na utilização da EM536, no troço entre as freguesias da Ribeira e de Souto, decorrentes dos trabalhos de repavimentação da via. -----

- No dia 21 (vinte e um) de novembro a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Terras de Bouro (CPCJ) elegeu Ana Catarina Alves Dias, representante do Município de Terras de Bouro, como Presidente da CPCJ, dando início

a um novo ciclo de trabalho dedicado à promoção dos direitos das crianças e jovens e à prevenção de situações de risco. O senhor Presidente congratulou a Ana Dias pela sua eleição e desejou-lhe muito sucesso. -----

- No dia 25 (vinte e cinco) de novembro, Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, a Câmara Municipal de Terras de Bouro e a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Terras de Bouro, em parceria com o Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro, promoveram uma Marcha Lenta na sede do concelho, com o objetivo de alertar para a violência física, psicológica, sexual e social que atinge as mulheres e as raparigas. -----

- O Município irá promover, à semelhança dos anos transatos, as Atividades de Tempos Livres (ATL's) de Férias de Natal na Vila de Terras de Bouro, em Rio Caldo e no Gerês. Esta importante resposta para as famílias, durante as interrupções letivas de Natal, destina-se a todas as crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 12 anos de idade, e a sua frequência carece de prévia inscrição. -----

- Na sequência da aprovação da candidatura apresentada pelo Centro Social e Paroquial de Covide, com apoio técnico da Câmara Municipal, ao Aviso NORTE2030 2024 45 | Infraestruturas e Equipamentos Sociais (IT), foi adjudicada a empreitada, tendo os trabalhos arrancado no início do mês de outubro de 2025 (dois mil e vinte e cinco). Esta obra prevê a requalificação dos espaços exteriores da instituição e tem um valor total elegível de 191.850,70 € (cento e noventa e um mil oitocentos e cinquenta euros e setenta cêntimos), sendo o financiamento FEDER de 155.083,00 € (cento e cinquenta e cinco mil e oitenta e três euros) assegurado pelo Município de Terras de Bouro. -----

- A Junta de Freguesia de Vilar da Veiga irá, em parceria com o Município de Terras de Bouro e outras entidades, dinamizar o Mercado de Natal na Vila do Gerês, entre os dias 19 (dezanove) de dezembro e o dia 1 (um) de janeiro. Esta iniciativa tem definido um vasto programa de atividades e propõe-se divulgar e promover o território. -----

De seguida, o senhor Presidente perguntou aos/às senhores/a Vereadores/a se queriam usar da palavra para pedir algum esclarecimento ou apresentar algum assunto. Foi respondido que sim pelo senhor Vereador Diogo Pereira. -----

O senhor Vereador Diogo Pereira iniciou a sua intervenção parabenizando o senhor Presidente pela sua eleição para a Comissão Permanente da CCDR NORTE: *“Esta eleição permitirá uma maior projeção da região do Cávado e será uma questão*

determinante para a descentralização do nosso território. Este facto deixa-me, naturalmente, feliz”. -----

Quanto à luminária, questão referida na última reunião de Câmara, esclareceu que a zona sem iluminação pública situa-se entre a oficina de mecânica e a referida casa. -----

Pediu, também, o uso da palavra o senhor Vereador António Cunha, para congratular o senhor Presidente pela eleição para a Comissão Permanente da CCDR NORTE, “*facto muito importante para um Concelho como o nosso, proporcionando uma voz ativa nos centros decisórios. Esta eleição é, sem dúvida, um reconhecimento do mérito e do trabalho desenvolvido pelo senhor Presidente. Fico muito contente com esta eleição tão importante para o concelho de Terras de Bouro*, disse. -----

Continuando, o senhor Presidente agradeceu as intervenções e informou que passariam à apresentação dos Documentos Previsionais para o ano de 2026 (dois mil e vinte e seis) e, para tal, solicitou a presença do senhor Chefe de Divisão Administrativa e Financeira (DAF), Paulo Antunes. -----

O senhor Presidente começou por agradecer aos/às senhores/a Vereadores/a, aos Chefes de Divisão e a todos/as os/as colaboradores/as do Município pelo trabalho desenvolvido na elaboração destes documentos. Trata-se de um plano de intenções, mas espelham claramente toda a dinâmica da Câmara Municipal, sustentada por um programa eleitoral sufragado nas últimas eleições autárquicas. Referiu que estamos a iniciar um novo ciclo autárquico, mas com a mesma ambição e foco em continuar a trabalhar na melhoria das condições de vida dos terrabourenses. Este documento apresenta as inúmeras atividades previstas para o próximo ano, com especial enfoque nas áreas da ação social, saúde, educação, emprego e habitação.

Está previsto um reforço do investimento nas freguesias, através da transferência de verbas para as Juntas de Freguesia e de investimentos efetuados diretamente pela Câmara Municipal, bem como a manutenção e reforço dos apoios às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS’S), à Associação Humanitária dos Bombeiros, às Delegações da Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), à Banda Musical de Carvalheira, aos Sapadores Florestais, à Associação Gerês Viver Turismo (GVT) e outras coletividades e associações recreativas, desportivas e culturais. Este orçamento prevê, também, a continuidade da parceria com várias entidades supraconcelhias, nomeadamente com a Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM), a Associação de Desenvolvimento das Terras Altas do

Homem, Cávado e Ave (ATAHCA), a ADERE – Peneda Gerês, a Aliança Artesanal, entre outras, através do desenvolvimento de projetos estruturantes para o território. -----

Na educação, referiu o importante trabalho desenvolvido pelo Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro junto da comunidade. E, neste âmbito, está prevista a submissão de nova candidatura para melhoria e reabilitação dos estabelecimentos escolares. -----

Mencionou, ainda, o importante trabalho desenvolvido em estreita colaboração e parceria com diferentes entidades e organismos, nomeadamente com os serviços da saúde, através da Unidade de Saúde Familiar (USF), da Unidade de Cuidados na Comunidade (UCC) e da Unidade de Saúde Pública (USP), com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, através do Gabinete de Inserção Profissional (GIP), com BUPI – Balcão Único do Prédio, com o Posto de CTT do Gerês, com as diferentes comissões de festas, com a Proteção Civil, com os três postos da Guarda Nacional Republicana (GNR), com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), com o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), com a CCDR NORTE, entre outros. -----

Relativamente à receita prevista resultante das diferentes candidaturas aprovadas, que permitirá o desenvolvimento de vários projetos e a realização de várias obras, o valor acende aos 5 (cinco) milhões de euros, não comprometendo, assim, o orçamento municipal. -----

Quanto à amortização dos empréstimos, este valor é de, aproximadamente, meio milhão de euros. Contudo, acredita que, fruto da publicação do Orçamento do Estado de 2026 (dois mil e vinte e seis) e do saldo de gerência, bem como das possíveis revisões do orçamento no decorrer do próximo ano, possa existir uma amortização extraordinária da dívida no valor de 250.000,00 € (duzentos e cinquenta mil euros). No entanto, quanto ao endividamento, este Município está abaixo dos 45% (quarenta e cinco por cento), tendo ainda a possibilidade de contratar mais 12 (doze) milhões de euros, ou seja, a sustentabilidade financeira do Município está completamente assegurada e *“estou certo que vai ser melhorada no decorrer do próximo ano e durante o mandato”*. -----

Por força do empréstimo contratado e não utilizado, durante o próximo ano haverá a oportunidade de concluir algumas obras, iniciar outras, elaborar projetos e adquirir terrenos para a concretização de projetos. -----

Relativamente ao mapa de pessoal, o aumento do número de postos de trabalho, principalmente assistentes operacionais, deve-se a vários fatores: à necessidade de se

planear a substituição atempada das/os funcionárias/os que irão, brevemente, para aposentação, pois em 2026 (dois mil e vinte e seis) 32 (trinta e dois) trabalhadores/as completam 64 (sessenta e quatro) anos de idade; à criação da Polícia Municipal; à reorganização dos Serviços Municipais; à criação de um Programa Municipal de estágios remunerados, destinado a naturais ou residentes no concelho há mais de 4 (quatro) anos e às candidaturas ao Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (PEPAL). -----

Em relação ao Ciclo Urbano da Água, continuaremos a investir nesta área através do orçamento municipal, com a administração direta das obras e intervenções mais prementes, mas mantemos a esperança que a candidatura apresentada aos fundos comunitários seja aprovada. Perspetiva-se, também, que a empresa Águas do Norte, S.A. em 2026 (dois mil e vinte e seis) invista avultadamente no nosso concelho, capacitando e melhorando a rede de saneamento em alta e em baixa, solucionando, assim, muito dos problemas que existem, principalmente no Vale do Cávado.-----

O senhor Presidente pediu que fosse dispensado de enumerar as obras e projetos já aprovados e que constam nos quadros dos Documento Previsionais, prevendo-se a sua boa execução. -----

O orçamento para o ano de 2026 (dois mil e vinte e seis) apresenta uma previsão global de 23.767.070 € (vinte e três milhões setecentos e sessenta e sete mil e setenta euros). A receita corrente fixar-se-á em 14.340.224 € (catorze milhões trezentos e quarenta mil duzentos e vinte e quatro euros), que suportará a despesa corrente previsional de 12.146.943 € (doze milhões cento e quarenta e seis mil novecentos e quarenta e três euros). Prevê-se que a receita de capital atinja os 5.944.146 € (cinco milhões novecentos e quarenta e quatro mil cento e quarenta e seis euros) e a despesa de capital se situe nos 11.240.027€ (onze milhões duzentos e quarenta mil e vinte e sete euros). Ao nível das receitas não efetivas está prevista a arrecadação de 3.482.700 € (três milhões quatrocentos e oitenta e dois mil e setecentos euros), sendo a despesa não efetiva orçada em 380.100 € (trezentos e oitenta mil e cem euros). -----

“Estamos confiantes numa boa execução, reconhecendo que este é um plano de intensões que queremos muito levar a cabo no próximo ano. Estes documentos, o Relatório do Orçamento e as Grandes Opções do Plano e do Orçamento para 2026 (dois mil e vinte e seis), definem, com muito rigor e expectativa, as opções estratégicas que queremos

concretizar ao longo do próximo ano, garantindo assim a melhoria da qualidade de vida da população.” -----

Continuando, o senhor Presidente mencionou que apresenta proposta para fixar a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) em 0,3% (zero vírgula três por cento) e a Derrama em 1,4% (um vírgula quatro por cento), ou seja, ambas no limite mínimo. Quanto à taxa Municipal de Direito de Passagem propõe-se a taxa máxima, ou seja, 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento). Para a participação variável do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) propõe-se a fixação da taxa em 4,0% (quatro por cento), devolvendo assim 1% (um por cento) aos/às munícipes, sem prejudicar a execução de projetos e o apoio às coletividades. -----

Sem excluir a possibilidade de voltar a usar da palavra para falar sobre os Documentos Previsionais para 2026 (dois mil e vinte e seis), o senhor Presidente perguntou aos/à senhores/a Vereadores/a se queriam usar da palavra sobre este ponto. Foi respondido que sim pelo senhor Vereador Diogo Pereira. -----

Sobre este ponto, o senhor Vereador Diogo Pereira, aproveitando a presença do senhor Chefe de Divisão da DAF, Paulo Antunes, colocou duas questões: -----

- Há um aumento da receita não efetiva de 1,9 (um ponto nove) milhões de euros para 3,5 (três ponto cinco) milhões de euros, em relação ao ano passado. Tratando-se de empréstimo bancário e aproveitando a informação dada pelo senhor Presidente sobre a não utilização desse empréstimo, perguntou sobre a premência desse valor, uma vez que tem um impacto muito significativo nas contas e no serviço da dívida do Município. ----

- Também há, em relação ao ano transato, um aumento significativo nas transferências de capital, na ordem dos 6 (seis) milhões de euros, o que parece corresponder a transferências do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e do Orçamento de Estado. -----

Continuando, manifestou preocupação quanto ao mapa de pessoal e à despesa com pessoal, prevendo-se um aumento na despesa, em relação ao último ano, de cerca de 1 (um) milhão de euros. Considera tratar-se de um aumento muito significativo e que acompanha o acréscimo previsto de trabalhadores/as no mapa de pessoal de 314 (trezentos e catorze) para 355 (trezentos e cinquenta e cinco). Reconheceu que esta é sempre uma *“questão controversa e que gera alguma preocupação. No entanto, cada contratação terá que ser sempre devidamente justificada e os procedimentos concursais para a contratação de pessoal deverão ser totalmente imparciais.”* -----

Relativamente aos compromissos plurianuais e comparativamente ao ano anterior, também se prevê um aumento significativo das despesas correntes e das despesas de capital, não obstante prever-se um maior número de investimentos, esta questão gera, na sua opinião, preocupação quanto à sustentabilidade financeira do Município. -----

Do ponto de vista político, aludiu que nas Grandes Opções do Plano (GOP) estão elencadas todas as atividades, as de maior e as de menor relevância, definindo as linhas estratégicas e orientadoras para o concelho. Para além disso, o documento faz referência a muitos investimentos, mas que alguns deles consistem num “*copy-paste*” do ano anterior. Deu como exemplos o serviço ambulatório do bloco operatório, o turismo e os trilhos, a habitação, entre outros que mantêm, mais ou menos, a mesma redação. “*Esta observação acompanha o aumento do número de páginas, como aumentou 5 (cinco) páginas, o orçamento 5 (cinco) milhões de euros, cada página custou cerca de 1 (um) milhão de euros*”. -----

Continuando e em relação à fiscalidade, propôs que haja mais divulgação, quer através da comunicação social quer através das redes sociais, da taxa do IMI, uma vez que pode ser um fator de atratividade e competitividade do território. No que concerne ao IRS, é seu entendimento que deveria ser de 3,5% (três vírgula cinco por cento), no entanto, reconheceu que não tem conhecimento do que esta redução significaria em termos orçamentais para o Município. -----

Voltando a usar a palavra, senhor Presidente sobre a intervenção do senhor Vereador Diogo Pereira esclareceu o seguinte:-----

- O mapa de pessoal é um mapa previsional, no entanto, não pode deixar de ser referido que este foi elaborado tendo em conta: a transferência de competências para o Município nas mais diversas áreas; os/as funcionários/as que se encontram em fase de aposentação; os/as funcionários/as que se encontram, permanentemente, de baixa médica; e o novo organigrama ajustado às novas exigências. Acrescentou que, também, há necessidade de contratar mais profissionais, fruto da criação de novas respostas e serviços, como por exemplo o estacionamento e todas as infraestruturas criadas na Praia de Alqueirão, o canil municipal, o centro cultural, o centro do garrano, entre outros. Comentou, ainda, que, como o senhor Vereador foi comparar os gastos com o pessoal em 2025 (dois mil e vinte e cinco), devia-o ter feito em relação aos anos de 2013 (dois mil e treze) ou 2014 (dois mil e catorze), em que a percentagem do orçamento gasta com o pessoal era muito

superior à de 2026 (dois mil e vinte e seis). Isto reflete que há um equilíbrio significativo entre os investimentos e as despesas correntes, incluindo com pessoal. -----

- Quanto aos empréstimos, estes são importantíssimos para garantir a liquidez e possuímos dotação orçamental para a concretização de projetos. Quanto à utilização desses empréstimos, muitas vezes há atrasos resultantes da demora na execução das obras por parte das empresas adjudicatárias. -----

- No que concerne à redação do documento, é normal que algumas se mantenham semelhantes ao ano anterior, uma vez que há projetos que não tiveram evolução e outros ainda que não estão concluídos, pois tratam-se de investimentos plurianuais. O senhor Presidente reiterou que quem consultar o Plano e Orçamento para 2026 (dois mil e vinte e seis) consegue, facilmente, perceber a extraordinária “*dinâmica*” que existe no território. E, apesar de serem documento previsionais, “*continuaremos a trabalhar para fazer acontecer e garantir a maior execução possível*”. -----

- Sobre a taxa de IRS, temos assistido a uma redução anual de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao longo dos últimos anos e este ano fixa-se nos 4% (quatro por cento), representando um valor de cerca de 40.000,00 € (quarenta mil euros) para as famílias terrabourenses. Isto só é possível por força do trabalho desenvolvido junto das entidades externas, como por exemplo a APA, a CCDR NORTE e o ICNF para obtenção de maior receita. -----

- Relativamente à amortização da dívida, conforme atrás referido, esta poderá ser maior se recebermos o valor correspondente ao IMI das barragens. A amortização extraordinária prevista é para liquidar os empréstimos de 2005 (dois mil e cinco), 2006 (dois mil e seis) e 2008 (dois mil e oito), cujos juros são muito elevados. -----

Continuando, o senhor Presidente referiu que respeita todas as opiniões e rejeições, no entanto, há incoerência pelo facto de ter solicitado, antecipadamente, quer ao Partido Socialista quer ao Partido CHEGA, contributos para o Plano de Atividades e Orçamento, respeitando o Direito à Oposição, e não obteve qualquer resposta. -----

De seguida, o senhor Presidente solicitou ao senhor Chefe de Divisão da DAF, Paulo Antunes, para responder às questões orçamentais apresentadas pelo senhor Vereador Diogo Pereira. -----

Usando da palavra, Paulo Antunes começou por referir que o valor que se encontra inscrito em receita não efetiva diz, de facto, respeito à contratação de empréstimos, mas

que já se encontram contratados e visados pelo Tribunal de Contas, sendo que a generalidade das obras financiadas já estão em curso e a utilização dos empréstimos acompanha a respetiva execução financeira. -----

Quanto aos valores inscritos na rubrica de transferências de capital da receita, contêm o valor de transferências do Orçamento de Estado de 2025 (dois mil e vinte e cinco), bem como os valores de candidaturas aprovadas e contratadas ao PT2030 e ao PRR, que podem ser consultadas num anexo ao Relatório do Orçamento. -----

O valor inscrito em Aquisição de bens de capital corresponde aos investimentos a efetuar, podendo ser verificados no mapa do Plano Plurianual de Investimentos, onde constam todos os projetos a executar, sejam financiados por empréstimos, pelo PT2030, pelo PRR ou pelas Receitas Próprias: *“Note-se que, do total das receitas correntes orçamentadas, cerca de 2,2 (dois ponto dois) milhões de euros serão canalizados para despesas de capital”*, disse.-----

Por fim, informou que, na elaboração do orçamento municipal, após o apuramento da receita, se procedeu à alocação das despesas, iniciando-se pelas receitas consignadas, as despesas com o pessoal, na qual já se tentou refletir o eventual aumento das remunerações dos trabalhadores, bem como do pessoal a contratar, e os compromissos plurianuais já assumidos. -----

O senhor Presidente agradeceu a Paulo Antunes os seus prestimosos esclarecimentos.---

De seguida, o senhor Vereador Diogo Pereira solicitou, novamente, a palavra, referindo que, em relação aos anos de 2013 (dois mil e treze) e 2014 (dois mil e catorze), o atual orçamento aumentou cerca de 15 (quinze) milhões de euros. Com o preenchimento total do mapa de pessoal previsto, o encargo passará a ser de, aproximadamente, 9 (nove) milhões de euros, comprometendo muito, na sua opinião, a sustentabilidade financeira do Município. Quanto aos encarregados a prever no novo organigrama, estes devem respeitar o *rácio* de 1 (um) encarregado para, no mínimo, 10 (dez) assistentes operacionais: *“As minhas preocupações são efetivas e prendem-se com a sustentabilidade financeira do Município”*. -----

Respondendo, o senhor Presidente tornou claro que o mapa de pessoal respeitará o *rácio* exigido de encarregados para o grupo mínimo de assistentes operacionais. -----

Prosseguindo, o senhor Presidente não quis deixar de mencionar que alguns dos projetos e oportunidades de financiamento nem sempre são a sua prioridade, nem a

responsabilidade da decisão é sua. Por sua decisão, parte dos 9 (nove) milhões de euros de fundos comunitários aprovados seriam investidos no ciclo urbano da água. Como é do conhecimento geral, as contas do Município são frequentemente auditadas pela Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) e pelo Tribunal de Contas. O ideal seria evitar o endividamento, no entanto, *“o meu objetivo é não deixar o território ao abandono e investir de forma a melhorar a qualidade de vida de toda a população”*. Deu, como exemplo, os investimentos na rede viária que, sem apoio dos fundos comunitários e sem recurso à contratação de empréstimo, não seriam, certamente, possíveis de concretizar. -----

Solicitando, mais uma vez, a palavra, o senhor Vereador Diogo Pereira salientou que se deve aproveitar o Programa Portugal 2030 (vinte trinta) o melhor possível, sendo, talvez, esta a última oportunidade. Declarou que *“assumo mea culpa por não ter apresentado contributos para o Plano e Orçamento de 2026 (dois mil e vinte e seis)”*. Nesta oportunidade, teria feito referência ao programa “A Minha Aldeia”, permitindo à população candidatar-se, no âmbito de um orçamento participativo, a projetos até ao valor de 50.000,00 € (cinquenta mil euros) por freguesia, bem como a construção de novas ETAR’s em Rio Caldo e em Vilar da Veiga. -----

Respondendo e esclarecendo, o senhor Presidente transmitiu que, no que diz respeito aos quadros comunitários, prevê-se um novo quadro comunitário que beneficie os Municípios *“mais pequenos”*. Quanto às ETAR’s de Rio Caldo e do Gerês trará, na próxima reunião, informações sobre ambos os processos. -----

Relativamente ao Programa “A Minha Aldeia”, o senhor Presidente referiu que os investimentos previstos para as freguesias ultrapassam, substancialmente, os 50.000,00 € (cinquenta mil euros), quer através de protocolos com as Juntas de Freguesia quer através de investimentos diretos nas freguesias. -----

A finalizar, o senhor Presidente perguntou aos/às senhores/a Vereadores/a se queriam usar da palavra para pedir mais algum esclarecimento. Foi respondido que não. -----

Sendo 11h30 (onze horas e trinta minutos) e não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----